

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do

Instituto CPFL

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto CPFL (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CPFL em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Instituto CPFL
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	570.057	1.008.966
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	11	290.327	1.425.268
Outros tributos a compensar		2.582	408
Outros créditos	5	209.916	194.683
Total do circulante		1.072.882	2.629.324
Não circulante			
Imobilizado	6	28.423	14.113
Intangível	7	3.268	9.348
Total do não circulante		31.691	23.461
Total do ativo		1.104.573	2.652.785

Instituto CPFL
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	11	290.327	1.425.268
Obrigações estimadas com pessoal	10	294.351	270.125
Fornecedores	8	69.254	173.277
Obrigações tributárias	9	50.673	45.264
Total do circulante		704.605	1.913.934
Não circulante			
Entidade de previdência privada		406	301
Total do não circulante		406	301
Patrimônio Líquido			
Superávits acumulados	12	399.563	738.550
Total do Patrimônio Líquido		399.563	738.550
		1.104.573	2.652.785

Instituto CPFL
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas			
Doações e contribuições	13	3.406.755	9.313.800
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	11	1.516.891	1.833.088
Trabalho Voluntário	14	292.452	277.411
Outras Gratuidades	14	149.842	148.500
		5.365.941	11.572.799
Custo de Despesas Operacionais			
Com Programas (Atividades)			
Doações - COVID19	1.2	-	(6.000.000)
Gratuidades concedidas (Projetos Incentivados)	11	(1.516.891)	(1.831.885)
Trabalho Voluntário	14	(292.452)	(277.411)
Outras Gratuidades	14	(149.842)	(148.500)
		(1.959.186)	(8.257.795)
Despesas Gerais Operacionais			
Administrativas			
Salários	15	(2.393.095)	(2.083.156)
Encargos Sociais		(458.619)	(427.677)
Serviços Gerais		(822.503)	(677.116)
Depreciação e Amortização		(13.516)	(16.832)
Impostos e Taxas		(2.653)	(5.253)
Outras Despesas Operacionais		(71.899)	(36.368)
		(3.762.285)	(3.246.403)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	23.519	34.925
Despesas financeiras	16	(6.978)	(21.824)
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	16	-	(1.203)
		16.541	11.898
Déficit (Superávit) do exercício		(338.988)	80.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Déficit (Superávit) do exercício	(338.988)	80.500
Outros resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(338.988)	80.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	658.051	658.051
Superávit do exercício	80.500	80.500
Saldos em 31 de dezembro de 2020	738.550	738.550
Déficit do exercício	(338.988)	(338.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	399.563	399.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Déficit (Superávit) do Exercício	(338.988)	80.500
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	13.516	16.832
	(325.472)	97.332
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Recursos/ Doações a receber	-	119.614
Tributos a compensar	(2.582)	13.122
Outros ativos operacionais	(15.233)	(129.454)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(104.023)	92.177
Outros tributárias	5.817	(40)
Previdência privada	-	(22.402)
Outros passivos operacionais	24.330	22.445
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(417.163)	192.794
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(21.080)	-
Adições de intangível	(667)	(836)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(21.746)	(836)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(438.909)	191.958
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.008.966	817.008
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	570.056	1.008.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO CPFL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em Reais – “R\$”, exceto quando especificadamente indicado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto CPFL. (“Instituto” ou “Entidade”), fundada em 22 de dezembro de 2004, é uma associação de fins não econômicos, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo social a promoção da cultura, da educação, da saúde e do esporte nas comunidades em que atua.

As pessoas jurídicas associadas ao Instituto CPFL em 2021 são:

- Companhia Paulista de Força e Luz
- Companhia Piratininga de Força e Luz
- RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.
- Companhia Jaguari de Energia
- CPFL Comercialização Brasil S.A.
- CPFL Geração de Energia S.A.
- CPFL Energia S.A.
- CPFL Serviços, Equipamentos Indústria e Comércio S.A.
- CPFL Energias Renováveis S.A.

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) — Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 —, um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

O Instituto obteve um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, pode celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

As atividades do Instituto são financiadas através das contribuições feitas pelas pessoas jurídicas associadas. O Instituto também possui parceria com entidades governamentais para desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e sociais. Nesses casos, os recursos são liberados pelos órgãos governamentais e o Instituto é responsável pela sua aplicação que, ao final de cada projeto, é realizada a prestação de contas dos gastos incorridos.

Para administração de suas atividades, o Instituto CPFL possui a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, órgão soberano de vontade social, constituído por todas as associadas quites com seus deveres sociais;
- b. Conselho de Administração, composto por até 7 (sete) membros, entre os quais seu Presidente e Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral para cumprir mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos;
- c. Diretor Superintendente, eleito pelo Conselho de Administração, que exercerá as atribuições estatutárias estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- d. Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

A sede do Instituto está localizada na Rua Jorge Figueiredo Correa, nº 1.632 – Chácara Primavera – Campinas – SP – Brasil.

1.2 Impactos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais

blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira o Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação de eventuais renegociações nas contribuições das empresas associadas, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações foram necessárias devido a suspensão das atividades presenciais do Instituto em virtude da pandemia;

O efeito financeiro e econômico para o Instituto ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. O Instituto continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Em virtude da pandemia, algumas empresas do Grupo CPFL fizeram uma contribuição adicional e extraordinária em 2020 de R\$ 6.000.000, que provocou impacto positivo na frente de trabalho "CPFL nos Hospitais".

As empresas do Grupo CPFL que em 2020 doaram para o combate à COVID-19 são:

- CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos Ltda.
- Companhia Jaguari de Energia
- CPFL Eficiência Energética Ltda.
- Companhia Piratininga de Força e Luz
- CPFL Geração de Energia S.A.
- CPFL Comercialização Brasil S.A.
- CPFL Energia S.A.
- CPFL Serviços, Equipamentos Indústria e Comércio S.A.
- RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.
- Companhia Paulista de Força e Luz

Em 2021 o Instituto não recebeu contribuições adicionais para apoiar o combate à Pandemia de Covid-19. Sendo assim, as contribuições das Associadas voltaram a normalidade. A Entidade continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente das quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os Conselhos de Administração e Fiscal têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas nas notas explicativas 3.1 a 3.7.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Pequenas e Médias Empresas exige que o Conselho de Administração do Instituto faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, o Conselho de Administração do Instituto revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Instituto é o Real. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em reais apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Receitas e despesas

As receitas das contribuições são registradas mensalmente por ocasião do efetivo orçamento anual aprovado. As receitas são provenientes da contribuição de empresas do Grupo CPFL que são associadas ao Instituto CPFL. As despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os instrumentos financeiros do Instituto estão representados por caixa e equivalente de caixa. Estes instrumentos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

- Passivos financeiros

Os instrumentos financeiros passivos são reconhecidos a partir da data em que o instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de passivos financeiros. Os instrumentos financeiros passivo do Instituto compreendem passivos financeiros como fornecedores. Os instrumentos financeiros passivos são mensurados pelo método do custo amortizado.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para o Instituto e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anual média de 16,67%, levando em consideração a vida útil estimada dos Equipamentos de Informática.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software. O custo de reposição de um componente do intangível é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para o Instituto e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada linearmente, a taxas anual média de 20%, levando em consideração a vida útil estimada das Licenças e Softwares e adicionalmente avaliamos as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

A amortização é calculada linearmente, a taxas anual média de 20,00%, levando em consideração a vida útil estimada dos softwares.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6 Apuração do déficit ou superávit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio líquido em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

3.7 Receitas e despesas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida os custos também no resultado do exercício. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores salariais proporcionais as horas dedicadas ao trabalho voluntário.

(4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	95.568	52.486
Aplicações financeiras (a) + (b)	474.489	956.480
	<u>570.057</u>	<u>1.008.966</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs e Operações Compromissadas com lastro de terceiros (Debêntures) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente média de 99,54% do CDI para CDB e 83,73% para Operações Compromissadas (100% do CDI em 2020).
- b) Conforme ata do Conselho de Administração realizado na data de 18 de abril de 2019, foi aprovado a criação de um fundo de reserva para o ano de 2019 no montante de R\$ 206.197 para manutenção de despesas correntes do Instituto.

(5) OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos - Fundação Vivest	166.852	174.736
Adiantamentos a funcionários	43.064	19.947
Total	<u>209.916</u>	<u>194.683</u>

(6) IMOBILIZADO

	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>20.641</u>	<u>-</u>	<u>20.641</u>
Custo histórico	39.171	-	39.171
Depreciação acumulada	(18.530)	-	(18.530)
Depreciação	(6.529)	-	(6.529)
Saldo em 31/12/2020	<u>14.113</u>	<u>-</u>	<u>14.113</u>
Custo histórico	39.171	-	39.171
Depreciação acumulada	(25.058)	-	(25.058)
Adições	8.677	12.403	21.080
Depreciação	(6.770)	-	(6.770)
Saldo em 31/12/2021	<u>16.020</u>	<u>12.403</u>	<u>28.423</u>
Custo histórico	47.848	12.403	60.251
Depreciação acumulada	(31.828)	-	(31.828)
Taxa média de depreciação 2021	16,67%		

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2021 e 2020, a Entidade revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

(7) INTANGÍVEL

	Softwares	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	18.815	-	18.815
Custo histórico	51.519	-	51.519
Amortização acumulada	(32.703)	-	(32.703)
Adições	-	836	836
Amortização	(10.304)	-	(10.304)
Saldo em 31/12/2020	8.511	836	9.348
Custo histórico	51.519	836	52.355
Amortização acumulada	(43.007)	-	(43.007)
Adições	-	667	667
Amortização	(6.746)	-	(6.746)
Saldo em 31/12/2021	1.765	1.503	3.268
Custo histórico	51.519	1.503	53.021
Amortização acumulada	(49.753)	-	(49.753)
Taxa média de amortização 2021	20,00%		

(8) FORNECEDORES

O Instituto apresenta saldo de R\$ 69.254 (R\$ 173.277 em 2020) principalmente referente a gestão de projetos sociais.

(9) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recolher	30.285	29.605
FGTS a recolher	14.201	13.315
Retenções	3.672	-
Programa de integração social - PIS	2.357	2.265
COFINS sobre receitas financeiras	135	69
PIS sobre receitas financeiras	22	11
Total	50.673	45.264

(10) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS COM PESSOAL

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Férias e Encargos	235.476	219.547
Imposto de renda retido na fonte	42.548	36.161
Contribuição INSS	8.487	7.348
Empréstimo Consignado	7.372	6.840
Seguro de vida	467	228
Total	294.351	270.125

(11) GRATUIDADES RECEBIDAS – PROJETOS INCENTIVADOS

O Instituto reconhece um ativo e um passivo, no mesmo valor, no momento do recebimento do recurso para projeto, cujos montantes são realizados pelo princípio contábil da competência.

	Projeto Audiovisual		Plano anual de atividades 2020		Plano Bianual de atividades 2021/2022	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Recurso Projeto	-	273.278	1.425.268	2.973.893	1.789.198	-
Atualização Financeira	-	651	262	10.644	18.021	-
Despesas Financeiras	-	(1.203)	-	-	-	-
Valores utilizados	-	(272.616)	(1.425.530)	(1.559.269)	(1.516.891)	-
Devolução valor residual MINC/FUNDO NACIONAL DE CULTURA	-	(109)	-	-	-	-
Saldo ativo/passivo	-	-	-	1.425.268	290.327	-
Impostos retidos a recolher	-	-	-	-	-	-
Valor disponível	-	-	-	1.425.268	290.327	-

Valores reconhecidos no resultado do Exercício	Projeto Audiovisual		Plano anual de atividades 2020		Plano Bianual de atividades 2021/2022	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Gratuidades recebidas						
Valores recebidos	-	273.820	-	1.559.269	1.516.891	-
	-	273.820	-	1.559.269	1.516.891	-
Gratuidades concedidas						
Valores utilizados	-	(272.616)	-	(1.559.269)	(1.516.891)	-
	-	1.203	-	(1.559.269)	(1.516.891)	-
Despesas Financeiras	-	(1.203)	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

Os valores registrados como projetos incentivados são reconhecidos a partir do momento da aprovação e do recebimento dos valores de cada projeto na conta movimento do Instituto e, neste momento, um passivo é registrado no mesmo valor tendo em vista a obrigação de prestar contas dos montantes recebidos para execução do projeto. A realização é registrada pelo princípio da competência. Adicionalmente, a Entidade possui valores depositados na conta captação, mas que não foram registrados nas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 3.103.193 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 363.668 em 31 de dezembro de 2020), cujos valores não estão no controle do Instituto e, conseqüentemente, não há a obrigação de que haja uma obrigação a ser reconhecida para prestação de contas.

Projeto Audiovisual II:

O Projeto Programação Audiovisual tem como objetivos preservar, produzir e difundir um grande e diversificado catálogo de vídeos culturais que abordem a pluralidade da cultura contemporânea.

Objetivos e resultados específicos:

- Preservação de acervo audiovisual
- Difusão de acervo e criação de novos produtos/conteúdos audiovisuais
- Distribuição de conteúdo audiovisual
- Aplicativo Instituto CPFL Play

Plano Anual de Atividades:

O Plano Anual de atividades do Instituto CPFL tem como objetivo, além da manutenção da entidade, a execução das atividades por ela realizadas, como a produção, manutenção e difusão de novos e já existentes conteúdos audiovisuais da cultura contemporânea.

Objetivos:

- Preservação do acervo audiovisual
- Criação de novos conteúdos audiovisuais
- Difusão de conteúdo audiovisual

Visando dar continuidade ao trabalho já iniciado nos anos anteriores, o instituto CPFL inscreveu o Plano Anual de Atividades - 2022, porém, devido a mudanças na Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, a aprovação dos projetos se tornou improvável.

Em novembro de 2021 o Ministério informou que não havia previsão para aprovação dos projetos e, visto que o prazo de encerramento de execução do projeto atual se aproximava, a orientação da consultoria que atende o instituto foi para solicitar a ampliação das metas e do orçamento do projeto atual e a prorrogação dos prazos de captação e execução transformando-o em plano bianual para execução até 31/12/2022.

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Instituto é constituído pelo superávit acumulado de R\$ 399.563 composto por Déficit do exercício de 2021 no montante de R\$ 338.988 e superávit de R\$ 738.550 de exercícios anteriores.

O Estatuto Social do Instituto CPFL prevê que em caso de dissolução da Entidade, os bens e haveres remanescentes depois de liquidado o passivo serão revertidos para uma instituição congênere ou, na sua falta, entidade pública conforme for fixado pela Assembleia Geral. Caso o Instituto, por ocasião da sua dissolução, esteja qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei Federal 9.790/99, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

(13) RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

A receita do Instituto é proveniente das doações realizadas por empresas do Grupo CPFL Energia.

	2021	2020
Companhia Paulista de Força e Luz	1.200.696	2.326.630
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	945.069	2.014.482
CPFL Geração Energia S.A.	-	926.482
Companhia Piratininga de Força e Luz	446.134	913.659
CPFL Comercialização Brasil S.A.	223.686	867.510
CPFL Energia S.A.	-	790.000
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria E Comércio S.A.	-	780.000
Companhia Jaguari de Energia	132.712	365.037
CPFL Eficiência Energética Ltda.(*)	-	250.000
CPFL Atende Centro De Contatos E Atendimentos Ltda.(*)	-	80.000
CPFL Energia Renováveis S.A.	458.459	-
Total Geral	3.406.755	9.313.800

(*) Empresas não associadas que contribuíram de forma extraordinária ao combate da COVID-19 em 2020.

Dos valores recebidos provenientes das doações em 2020, R\$ 6.000.000 foram revertidos a doação para o combate a COVID-19 conforme nota (1.2).

Empresas do Grupo CPFL que efetuaram doações para o combate a COVID-19:

	2020
Companhia Paulista de Força e Luz	1.240.000
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.240.000
CPFL Energia S.A.	790.000
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria E Comércio S.A.	780.000
CPFL Comercialização Brasil S.A.	530.000
CPFL Geração Energia S.A.	480.000
Companhia Piratininga de Força e Luz	440.000
CPFL Eficiência Energética Ltda.(*)	250.000
Companhia Jaguari de Energia	170.000
CPFL Atende Centro De Contatos E Atendimentos Ltda.(*)	80.000
Total Geral	6.000.000

(*) Empresas não associadas que contribuíram de forma extraordinária ao combate da COVID-19.

O orçamento aprovado para o Instituto CPFL com o aporte dos associados para o ano de 2022, no valor de R\$ 4.287.984 assegurará a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

(14) TRABALHOS VOLUNTÁRIOS E OUTRAS GRATUIDADES

	2021	2020
Contábil e Fiscal	92.784	87.500
Recursos Humanos	80.532	68.823
Tesouraria	49.349	47.263
Suprimentos & Infraestrutura	28.821	58.847
Juridico	40.966	14.977
Conselho Fiscal e Administração	149.842	148.500
Total	442.294	425.911

Conciliação com os valores da demonstração de resultados

Trabalho Voluntário	292.452	277.411
Outras Gratuidades	149.842	148.500
	442.294	425.911

O Critério para estimativa dos trabalhos voluntários e outras gratuidades são mensuradas por meio de horas utilizadas (área/ processos) ou requeridas pelo Instituto, multiplicado pelo preço médio praticado no Grupo CPFL se fosse cobrado.

(15) DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários	2.393.095	2.083.156
Encargos	458.619	427.677
Impostos e Taxas	2.653	5.253
Prestação de Serviços	203.762	218.667
Publicidade e Propaganda	618.741	458.450
Depreciação e Amortização	13.516	16.832
Outras Despesas Operacionais	71.899	36.368
	<u>3.762.285</u>	<u>3.246.403</u>

(16) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	24.662	36.510
PIS e COFINS sobre outras receitas financeira	(1.147)	(1.703)
Outras receitas financeiras	4	119
Total	<u>23.519</u>	<u>34.925</u>
Despesas		
Multa e juros	-	(651)
Imposto sobre operações financeiras	(6.978)	(21.173)
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	-	(1.203)
Total	<u>(6.978)</u>	<u>(23.028)</u>
Resultado financeiro	<u><u>16.541</u></u>	<u><u>11.898</u></u>

(17) SEGUROS

A Entidade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000.000	150.000.000
Pessoas	3.617.914	3.373.610
	<u>153.617.914</u>	<u>153.373.610</u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(18) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, conseqüentemente, não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e fornecedores.

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e recebíveis”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente fornecedores, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 11.39 do CPC PME para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

Gestão de riscos financeiros

A Entidade segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

(19) RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); e,
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

A Entidade não tem a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

O Instituto será isento de pagamento de tributos, exceto quanto às retenções de Imposto Sobre Serviços (ISS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre serviços contratados, para auxílio de sua operação, de acordo com o previsto no parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº 9.537/97 e do artigo 10º da Lei 9.718/98.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUSTAVO ESTRELLA
Presidente

GUSTAVO GACHINEIRO
Vice-Presidente

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Conselheiro

EDUARDO SARON NUNES
Conselheiro

FUTAO HUANG
Conselheiro

CONTABILIDADE

LEANDRO FERNANDES PINTO
Contador
CRC SC-033378/O-1